

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Portal da Transparência do Estado é o quarto pior do Brasil

Levantamento da CGU destaca que o da Prefeitura de Campo Grande é o 13º pior entre as capitais

LUCAS JUNOT

Mato Grosso do Sul tem um dos piores desempenhos do País no cumprimento da Lei da Transparência. De acordo com o ranking divulgado ontem, o Estado aparece em 24º colocado na Escala Brasil Transparente (EBT), que mede a transparência pública em estados e municípios brasileiros para fornecer os subsídios necessários à Controladoria-Geral da União (CGU).

Com notas de zero a dez, todos os Estados foram avaliados. Entre as 27 Unidades da Federação, Mato Grosso do Sul, que obteve nota 2,5, aparece na frente apenas do Amapá e do Rio Grande do Norte, ambos com nota zero no grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI). Os outros Estados da região Centro-Oeste, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso, ficaram na sétima, oitava e 17ª posições, respectivamente.

Entre as capitais brasileiras, Campo Grande também não inspira orgulho no ranking nacional. A cidade foi a 13º colocada, atrás de Brasília - DF (3º), Goiânia - GO (10ª), mas na frente de Cuiabá - MT, que obteve a 15ª posição.

De todos os 530 municípios avaliados na escala da transparência, nove foram analisados em Mato Grosso do Sul. Os resultados são ainda mais desanimadores. Apenas quatro obtiveram nota acima de zero: Campo Grande (6,81), Terenos (6,11), Pedro Gomes (4,03) e Inocência (2,5). Camapuã, Sonora, Costa Rica, Fátima do Sul e Miranda, também



ATRASADOS. Portal da Prefeitura de Campo Grande apresenta dados incompletos e desatualizados

listados no ranking, tiveram nota zero.

No portal da transparência, tanto do Estado quanto de Campo Grande, as últimas informações disponíveis são de 2014. No site do governo é possível ter acesso aos dados de receitas e alguns convênios relacionados a 2015, mas outros detalhes, como o salário dos servidores ou despesas estão em falta.

Na Capital, nenhuma informação referente a 2015 aparece. O valor das receitas correntes, por exemplo, está vazio e no campo onde deveria ser mostrado quanto o município arrecadou no ano passado, aparece apenas a informação de “nenhum registro encontrado”. O mesmo ocorre no Tribunal de Contas (TCE), de Justiça (TJ) e Assembleia Legislativa.

Em nota, a assessoria de

imprensa da Prefeitura de Campo Grande disse que “as informações sobre Receita (no portal da transparência) estão atualizadas até abril deste ano”, o que não se confirma ao acessar o site. A prefeitura disse ainda que “como houve mudança em um sistema da CGU, o setor responsável está fazendo a adaptação do portal para que os dados sejam atualizados”, mas não há prazo.

O governo do Estado lembra que a atual administração assinou no mês passado a adesão ao programa Brasil Transparente, da Controladoria e que um novo portal “se encontra em processo de implantação”. A assessoria do governo ainda disse que uma equipe está desenvolvendo um novo portal “que abordará de forma completa os assuntos determinados pela LAI” e que tal mudança é “prioridade”.



Saiba

Descumprimento é improbidade

A Lei de Acesso à Informação imputa penas se for descumprida, entre elas perda do cargo público, inegibilidade e improbidade administrativa

Novo portal do MPE já nasce com problemas

Principal responsável pela fiscalização do Poder Público, encarregado de ajuizar ações e abrir inquéritos de toda natureza, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul foi considerado o pior do Brasil no que se refere à Lei de Acesso à Informação, de acordo com o relatório de verificação do portal da transparência, avaliado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O MP/MS foi o último na avaliação geral de uma lista de 30 itens, incluindo os 26 Estados da Federação. Depois disso, o órgão lançou ontem seu novo Portal da Transparência.

Agora, no ambiente virtual, é possível consultar números de gastos com licitações, contratações e convênios, com a folha de pessoal e até a execução orçamentária e financeira. Para ter acesso aos dados, o interessado precisa fazer download de documentos mensais. Os últimos disponíveis no Portal são

referentes ao mês de abril.

Ainda assim, já nasce com problemas, uma vez que o fácil acesso passa por garantir informações em “tempo real”, o que segundo a lei significa que os dados podem ter apenas 24 horas de diferença entre sua execução e sua publicação.

AValiação

A verificação dos portais pelo CNMP, feita em março, avaliou o atendimento de 209 itens para formar um ranking de 31 instituições, entre os quais o sistema de transparência do próprio CNMP, dos Ministérios Públicos Federal, Militar e do Trabalho, além dos aparelhos dos 26 estados e do Distrito Federal.

Na época, Mato Grosso do Sul atendeu apenas 48 dos 209 itens avaliados como necessários para cumprimento da Lei da Transparência de forma plena. (LJ)

AVISO DE RISCO

CAMPANHA DE CHAMAMENTO PREVENTIVA

DOS VEÍCULOS MARCA TOYOTA,

MODELOS HILUX, HILUX SW4 e RAV4

HILUX

SW4

RAV4

Modelo	Data de fabricação	Chassis envolvidos	
		Código alfanumérico	Últimos 7 dígitos do chassi
HILUX CD 4x4 SRV	19/01/2005 a 28/12/2005	8AJFZ29G***	6000015 - 6016710
HILUX CD 4X2 SRV	20/01/2005 a 26/12/2005	8AJEZ39G***	2500006 - 2503429
SW4 SRV	09/09/2005 a 28/12/2005	8AJYZ59G***	3000026 - 3003175
RAV4 A/T	01/10/2003 a 18/10/2005	JTEHH20V***	0269765 - 6143704

DEFEITO APRESENTADO:

Rompimento inadequado do deflagrador do *airbag* do motorista, que pode provocar a dispersão de pequenos fragmentos de metal da carcaça do deflagrador, juntamente com a bolsa deflagrada.

RISCOS E IMPLICAÇÕES:

Danos materiais e lesões físicas graves ao condutor e aos demais passageiros do veículo, no caso de colisão frontal que provoque a deflagração da bolsa do *airbag*.

MEDIDAS CORRETIVAS:

A partir de 15/06/2015, a Toyota substituirá o deflagrador da bolsa do *airbag* do motorista.

LOCAIS DE ATENDIMENTO E AGENDAMENTO:

Os proprietários deverão entrar em contato com a Rede de Concessionárias Toyota para agendamento prévio.

A Toyota esclarece que a presente campanha será realizada de forma gratuita aos consumidores.

Para informações adicionais, consulte: Rede de Concessionárias Toyota do Brasil

S.A.C.: 0800 703 02 06 – www.toyota.com.br

DICAS DE

MÃE

Mov Flex

MÃE ENTENDE DE TUDO, INCLUSIVE DE ESCRITÓRIO.

ARMÁRIO DE AÇO EXECUTIVO

C/ 01 BANDEJA FIXA E 2 REGULÁVEIS

COR: CINZA (MED. 170X75X31 CM)

M.NOBRE

R\$ 299,90

À VISTA

ESTACIONAMENTO DE TRABALHO

C/ 02 GAVETAS

CORES CINZA/BRANCO/DVD

15MM (MED. 155X135X74X60 CM)

R\$ 299,90

À VISTA

MESA CONECTADA COM MESA DE MICRO

C/ 02 GAVETAS

CORES CINZA/BRANCO/DVD

15MM (MED. 180X150X74X60 CM)

R\$ 269,90

À VISTA

ARMÁRIO ALTO

02 PORTAS E 3 PRATELEIRAS

CORES CINZA/BRANCO/DVD

(MED. 85X42X155 CM)

R\$ 299,90

À VISTA

ARMÁRIO BAIXO

02 PORTAS E 1 PRATELEIRA

CORES CINZA/BRANCO/DVD

(MED. 85X42X77 CM)

R\$ 209,90

À VISTA

ESTANTE DE AÇO

C/ 05 PRATELEIRAS E REFORÇO

COR: CINZA (MED. 180X86X30 CM)

M.NOBRE

R\$ 104,90

À VISTA

CADEIRA ISO PRETA

R\$ 59,90

À VISTA

MESA DE TRABALHO

C/ 02 GAVETAS

CORES CINZA/BRANCO/DVD

15MM (MED. 120X74X60 CM)

R\$ 179,90

À VISTA

CONFIRA NOSSA COMPLETA LINHA DE MOVEIS DE AÇO E MOVEIS ESCOLARES.

Mov Flex

Só quem fabrica pode vender mais barato

movflexms.com.br

RUA 14 DE JULHO, 425 • 67 3901-3114 • ATENDIMENTO@MOVFLXMS.COM.BR

ACEITAMOS TODOS OS TIPOS DE CARTÕES, INCLUSIVE BNDES.